

# UM OLHAR SOBRE A DOCÊNCIA EM CONTEXTOS PRISIONAIS: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

## AN OVERVIEW ABOUT TEACHING IN PRISONAL CONTEXTS: A BIBLIOGRAPHIC STUDY

Cristian Ericksson Colovini **1**  
Vantoir Roberto Brancher **2**

**Resumo:** Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e se propõe a mapear as produções científicas existentes a respeito da especificidade da docência em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Sistema Prisional. O trabalho mapeou, por meio da plataforma SciELO, artigos que discutissem a temática em destaque; resultando, assim, na construção deste Estado do Conhecimento. Realizou-se a definição de palavras-chaves, baseadas em descritores de pesquisa, cuja busca resultou, após análise de conteúdo, na identificação de 12 artigos, que apontaram eixos de discussão acerca da educação e da docência no contexto prisional. A análise dos resultados permite refletir sobre as fragilidades na implementação da educação nas prisões; os desafios enfrentados pelos professores ao promover espaços que estimulem o diálogo e a autonomia em um ambiente ainda caracterizado pela opressão e violência; além da necessidade de formação continuada de professores. Verifica-se ainda que a educação é concebida como um fator decisivo para ressocialização, embora haja o desafio de superação da dicotomia entre educação e trabalho.

**Palavras-chave:** Docência. Educação Profissional e Tecnológica. Prisões. Educação Prisional.

**Abstract:** The present study is bibliographical research and it aims to map the present scientific productions on the specificity of teaching in the Professional and Technological Education (EPT) in the Prison System. Using the SciELO platform, the study mapped articles which discussed the subject in question, resulting in the construction of the State of Knowledge. Keywords were defined based on the research descriptors, and the search resulted, after content analysis, in the identification of 12 articles, which pointed the discussion axes about education and teaching in the prison context. The analysis of the results allows us to reflect on the weaknesses in the implementation of education in prisons; the challenges faced by teachers in promoting spaces that encourage dialogue and the autonomy in an environment still characterized by oppression and violence; and the need for continuing teacher training. It also emerges that education is seen as a decisive factor in resocialization, although there is a challenge to overcome the dichotomy between education and work.

**Keywords:** Teaching. Professional and Technological Education. Prisons. Prison education.

- 1** Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (Instituto Federal Farroupilha). Especialista em Instituições em Análise (UFRGS), em Gestão de Sistemas Prisionais, em Educação em Unidades Prisionais, em Docência no Ensino Superior. Bacharel em Psicologia (ULBRA). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9122731571217323>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8106-6903>. E-mail: [cristian.colovini@gmail.com](mailto:cristian.colovini@gmail.com)
- 2** Doutor em Educação (UFSM), Mestre em Educação (UFSM/ Universidade de Lisboa), Especialista em Educação Especial (AH/SD), Graduado em Pedagogia (UFSM). Professor efetivo do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha, atua em cursos de Graduação e Pós-Graduação (Especialização em Gestão Escolar e no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica ProfEPT. Coordenador do MAGMA Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Inicial e Continuada de Professores. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3260077562370842>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2829-7320>. E-mail: [vantoir.brancher@iffarroupilha.edu.br](mailto:vantoir.brancher@iffarroupilha.edu.br)

## Introdução

A construção do Estado do Conhecimento é uma ferramenta indispensável no processo de desenvolvimento do trabalho científico, pois subsidia a sistematização das problemáticas levantadas em torno do objeto de pesquisa que se propõe a analisar. Dessa forma, o entendimento de Morosini e Fernandes (2014, p. 158) é de que “O Estado de Conhecimento possibilita uma visão ampla e atual dos movimentos da pesquisa ligados ao objeto da investigação que pretendemos desenvolver. É, portanto, um estudo basilar para futuros passos dentro da pesquisa pretendida”. Desse modo, na intencionalidade de enriquecer o processo de investigação, avançamos na concretização do objetivo de conhecer a abrangência dos resultados e diferentes visões, expostas em artigos e produtos de outros estudos que já tenham se debruçado sobre o contexto objeto de nossa pesquisa: a docência em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Sistema Prisional.

## Metodologia

Este estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica através de uma revisão de literatura das dissertações e teses publicadas por meio da plataforma *Scientfc Electronic Library Online* (SciELO). Foram analisadas as produções científicas realizadas nos últimos dez anos sobre a temática da docência em Educação Básica Profissional e Técnica Tecnológica (EBPTT) no Sistema Prisional.

Para a elaboração do Estado do Conhecimento das produções que abordam a temática da atuação docente da EPT em contextos prisionais, inicialmente, buscou-se a definição de palavras-chaves para a investigação. Elas são baseadas em descritores de pesquisa, utilizando o vocabulário estruturado Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), o qual foi criado pela BIREME e serve como uma linguagem única na indexação de produções científicas, assim como para ser usado na pesquisa e recuperação de assuntos da literatura científica.

Em buscas realizadas na plataforma DeCS, verificou-se que os termos “Centros Penais”, “Centros de Readaptação Social”, “Cárcere”, “Cárceres”, “Instituição Penal”, “Instituições Penais”, “Penitenciária”, “Penitenciárias”, “Presídio”, “Presídios”, “Prisão”, “Reformatório” e “Reformatórios” são concentrados no descritor “Prisões”. Já os termos “Docência” e “Pedagogia” são atribuídos ao descritor “Ensino”. E os termos “Atividades Educacionais”, “Atividades Educativas”, “Atividades Socioeducativas”, “Educar”, “Oficinas de Trabalho” e “Programas de Alfabetização e Programas de Treinamento” são concentrados no descritor “Educação”.

Dessa forma, para a realização desta investigação, foram utilizados os seguintes descritores: “Prisões”, “Ensino” e “Educação”. O período selecionado foram os últimos dez anos, e os critérios de inclusão utilizados foram que as produções abordassem a atuação docente no contexto prisional. Após análise de conteúdo, a busca resultou na identificação de 13 artigos a serem considerados, os quais apontaram eixos de discussão acerca da educação prisional e da docência neste contexto de investigação.

## Desenvolvimento

A partir da definição dos descritores de pesquisa, utilizando o vocabulário estruturado DeCS, foram empregados os termos “Prisões”, “Ensino” e “Educação” para realizar a busca no banco de dados da plataforma SciELO. Para análise dos resultados e seleção dos artigos que serviram de base para este estudo, foram lidos, primeiramente, os títulos e os resumos para seleção dos trabalhos que faziam menção à docência no contexto prisional. Após essa leitura prévia, foram feitas as leituras das introduções e metodologias, a fim de se ter certeza que tais artigos seriam selecionados para o estudo, conforme os critérios de inclusão na pesquisa. Os dados coletados foram inseridos em um fichamento para posterior análise, conforme Tabela 1.

**Tabela 1.** Modelo de fichamento utilizado

Item a ser analisado	Pontos importantes / Observações
Título	
Autor/a	
Instituição	
Ano	
Objetivos	
Principais autores/as utilizados	
Metodologia	
Público-alvo/Participantes/Colaboradores	
Forma coleta/Construção de dados	
Forma de análise/Interpretação dos dados/Materiais	
Principais achados	
Resultados	

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

Inicialmente, ainda sem aplicar o filtro do lapso temporal das publicações, utilizou-se para a pesquisa o jogo de palavras “Educação” e “Prisões”, para o qual houve como resultado um retorno de 34 artigos encontrados. Posteriormente, utilizou-se para a pesquisa o jogo de palavras “Ensino” e “Prisões”, para o qual houve um retorno de nove artigos encontrados. Verificou-se também que houve quatro artigos reportados nos resultados de ambas as pesquisas, sendo correspondentes, simultaneamente, aos três descritores utilizados. Com isso, os artigos analisados totalizaram 39 produções. Ao final das análises citadas, chegou-se ao total de treze artigos que mantêm pertinência temática e relação com os objetivos propostos. Após aplicado o filtro temporal, elegendo as publicações realizadas nos últimos dez anos, os achados resultaram em doze artigos a serem aprofundados neste Estudo do Conhecimento, conforme a Tabela 2.

**Tabela 2 -** Resultado da busca com os descritores “Educação”, “Ensino” e “Prisões”

Ano	Produções encontradas	Produções com pertinência temática	Produções selecionadas após filtro temporal
2001	01	01	00
2007	02	00	00
2013	06	04	04
2015	02	01	01
2016	07	06	06
2017	02	01	01
2018	07	00	00
2019	06	00	00
2020	06	00	00
<b>Total Geral</b>	<b>39</b>	<b>13</b>	<b>12</b>

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

Com base na teoria de Análise de Conteúdo, procedeu-se à análise dos artigos a partir das seguintes categorias: “Educação como política pública na prisão”, e “Aspectos sobre a docência em contexto prisional”. Segundo Bardin (2002, p. 117), “categorização é uma operação de classificação

de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”.

Desse modo, foi realizada a leitura das produções e identificaram-se aquelas que se aproximavam da temática e das categorias delimitadas. Faz-se oportuno mencionar que alguns artigos foram excluídos, pois durante a análise de seus resumos, introduções e metodologias, percebeu-se que pouco ou nada convergiam com a temática em estudo ou que sua publicação não estava compreendida no lapso dos últimos dez anos. Considerando então o número de produções incluídas para análise, houve uma redução de 39 para 12 artigos selecionados.

## Resultados e Discussão

Considerando os parâmetros e descritores citados no item anterior, apresentam-se a seguir os doze artigos encontrados pelas buscas na plataforma, que foram selecionados para este estudo. A partir da análise de conteúdo, foram mantidos aqui somente aqueles que tratavam da temática delimitada. As publicações foram situadas quanto ao título, aos autores e ao ano de publicação de cada trabalho, cuja sintetização está disposta no Quadro 1.

**Quadro 1.** Produções selecionadas para descrição

	<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Ano</b>
01	A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG)	Oliveira, Carolina Bessa Ferreira de.	2013
02	A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas	Onofre, Elenice Maria Cammarosano; Julião, Elionaldo Fernandes.	2013
03	Apresentação: Educação em prisões	Julião, Elionaldo Fernandes; Onofre, Elenice Maria Cammarosano.	2013
04	Ações de formação em EJA nas prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará?	Andriola, Wagner Bandeira.	2013
05	Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade	Onofre, Elenice Maria Cammarosano.	2015
06	Educação, escolarização e trabalho em prisões: apontamentos teóricos e reflexões do cotidiano	Onofre, Elenice Maria Cammarosano.	2016
07	Escola na ou da prisão?	Julião, Elionaldo Fernandes.	2016
08	A docência no ambiente prisional: entre a autonomia e a opressão	Bueno, José Geraldo Silveira; Penna, Marieta Gouvêa de Oliveira.	2016
09	A educação que leva ao trabalho - o trabalho que leva à escola: superando a dicotomia entre educação e trabalho	Carvalho, Odair França de.	2016
10	A formação do pedagogo e a educação nas prisões: reflexões acerca de uma experiência	Penna, Marieta Gouvêa de Oliveira; Carvalho, Alexandre Filordi de; Novaes, Luiz Carlos.	2016

11	Educação e trabalho em um centro de reeducação feminina: um estudo de caso	Ireland, Timothy Denis; Lucena, Helen Halinne Rodrigues de.	2016
12	A Prática Docente de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional	Bessil, Marcela Haupt; Merlo, Álvaro Roberto Crespo.	2017

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2023).

Foi iniciada a análise pelo artigo intitulado “A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG)”. Nele, Oliveira (2013) promove uma reflexão acerca da educação escolar prescrita e aquela instituída em contextos prisionais, relação que foi fundada a partir da análise de representações dos próprios presos da penitenciária de Uberlândia (Minas Gerais). A publicação é fruto da dissertação de mestrado do autor, que foi intitulada “Para além das celas de aula: a educação escolar no contexto prisional à luz das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG)” e desenvolvida entre os anos de 2010 a 2012.

Ao longo do artigo, o autor retoma as previsões legais que legitimam as políticas públicas de educação escolar, tanto nos planos nacional quanto internacional. Além disso, paralelamente à pesquisa bibliográfica e documental sobre a educação escolar nas prisões, foi também realizada uma pesquisa de campo, com o objetivo de contextualizar a prática profissional frente ao discurso normativo, investigando desse modo a percepção dos presos em relação às práticas educacionais desenvolvidas na unidade prisional em questão.

A pesquisa de Oliveira (2013) evidenciou fragilidades no panorama da educação escolar no sistema prisional, sobretudo por estar fortemente sustentada no compromisso pessoal dos servidores - tanto professores, agentes penitenciários e técnicos - envolvidos na tarefa. Ademais, a pesquisa abordou o fato de que a educação escolar atinge um número reduzido de pessoas privadas de liberdade, se considerado o panorama brasileiro. Outro aspecto demonstrado pelo autor é o predomínio de uma visão pragmática da educação escolar nos espaços prisionais, isolada das demais políticas relacionadas à inserção no mercado de trabalho.

As contribuições de Oliveira (2013) cooperam para pensarmos a atuação docente no contexto prisional, pois o autor, ao mesmo tempo em que expõe fragilidades e necessidades emergentes demonstrados no panorama atual da educação escolar nas prisões, também demonstra que a partir da legislação e das diretrizes vigentes encontram-se possibilidades reais para a implementação de políticas públicas pedagogicamente articulada à execução penal.

Bem como pontuado anteriormente no artigo de Português (2001), Oliveira (2013) também chama atenção para a primazia da manutenção da ordem e da disciplina com vistas à punição, no contexto das atividades escolares na prisão. O autor utiliza inclusive o termo “celas de aula” para marcar essa posição. Nesse contexto, os atravessamentos da segurança prisional parecem afetar decisivamente a concepção de acesso aos direitos, seja no sentido de atingir um maior número de presos, seja no desenvolvimento propriamente dito das atividades escolares.

No artigo “A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas”, de autoria de Onofre e Julião (2013), os autores trazem uma visão mais ontológica da educação no contexto prisional. O artigo tem como objetivo contribuir com o debate sobre a oferta, em contexto de privação de liberdade, de educação para jovens e adultos. Também enfatiza a necessidade da consolidação de políticas públicas que compreendam a educação como direito humano, investindo, ao mesmo tempo, em suas dimensões escolares e não-escolares e ainda em recursos didático-pedagógicos e humanos.

Além da rica perspectiva da educação enquanto direito humano e via transformadora de vidas, trazida pelos autores, insurge a importância de que os professores aprofundem os conhecimentos sobre os anseios e as necessidades de seus alunos, além da sua relação com o saber. Esses conhecimentos são fundamentais para a escolha de estratégias pedagógicas apropriadas para o processo de ensino e de aprendizagem no contexto prisional. Assim, o desafio é criar mecanismos e convergência de ações que concebem a educação como um direito humano e o fortalecimento da educação escolar em diálogo com as demais práticas sociais, traduzindo-se em investimentos na

construção de bem-sucedidas trajetórias de vida.

Para Onofre e Julião (2013), faz-se necessário um salto qualitativo para que as atividades educativas que acontecem em espaços de cumprimento de penas privativas de liberdade se convertam em um espaço educativo em suas diferentes dimensões. Nesse sentido, pensar a educação no contexto prisional significa repensar a própria instituição prisão como uma comunidade de aprendizagens. Esse processo envolve todos os atores imbuídos, dotando a pessoa privada de liberdade de conhecimentos, valores e competências que lhes possam permitir reconhecer-se como sujeitos de direitos. Isso os capacita a gerir a própria vida no presente e, quem sabe, a ressignificar o seu passado em busca de um projeto de vida futuro.

O artigo traz ainda contribuição de Scarfó (2007) sobre a importância de que a educação nas unidades prisionais seja reconhecida como uma modalidade específica de educação, o que perpassa a necessidade de formação e capacitação específicas de educadores com aportes teóricos que promovam o ensino. Segundo o autor, percebe-se que aqueles educadores que optam por iniciar ou continuar sua carreira em espaços prisionais, embora possam sentir-se despreparados, mostram uma condição que é universal a todos os que realizam tarefas pedagógicas: a sensibilidade pelos problemas sociais. Segundo Freire (1975), eles promovem mecanismos de exclusão, pautando sua prática pedagógica na instauração do diálogo apoiando-se nos pressupostos da educação como prática da liberdade, também reconhecida como um ato político de conscientização e humanização.

Em “Apresentação: educação em prisões”, também de autoria de Julião e Onofre (2013), os autores tiveram como objetivo agregar e divulgar para a comunidade em geral um corpus de conhecimento e reflexão sobre o tema, produzido a partir de estudos empíricos, que questionam importantes encaminhamentos, alinhadas com a atual política de execução penal no Brasil e no mundo. Os autores pontuam que são recentes e carecem de ampliação das discussões e pesquisas sobre a educação no contexto prisional, com ênfase em abordagens interdisciplinares nas Universidades e nos Institutos de Pesquisas. Esse é o caminho que possibilita subsídios concretos que venham a contribuir com propostas de intervenção nas unidades prisionais para os formuladores de políticas públicas, visando efetivamente ações com base nas premissas da educação e a profissionalização do apenado como possíveis condições para o seu (re)ingresso no mundo do trabalho e no convívio social, conseqüentemente.

Julião e Onofre (2013), considerando os diversos aspectos teóricos, políticos e pedagógicos que envolvem a política de execução penal no Brasil, buscaram, assim como o artigo em análise, destacar primeiramente as diferentes questões e perspectivas políticas assumidas pelo poder público em relação à política de educação implementada para os jovens e adultos em situação de privação e restrição de liberdade no país. Eles também abordaram as principais concepções teóricas que fundamentam a educação na política de execução penal; incluindo as concepções pedagógicas implementadas na política de educação para estes sujeitos, além de analisar as experiências em andamento e, por fim, os encaminhamentos implementados para a consolidação da política em âmbito internacional.

Os autores elencaram uma série de outras publicações que corroboram na discussão dos objetivos traçados, dentre os quais destacamos o artigo “Ações de formação em EJA nas prisões: o que pensam os professores do Sistema Prisional do Ceará?”, de Andriola (2013), o qual descreveremos a seguir. Além do artigo “O trabalho de professores/as em um espaço de privação de liberdade”, de Laffin e Nakayama (2013), fruto de uma pesquisa sobre a formação continuada de docentes que atuam no sistema penitenciário, realizada em Florianópolis (SC), que evidencia que as demandas de atuação dos docentes investigados não se limitam apenas às questões diretamente relacionadas ao funcionamento dos espaços de privação de liberdade, mas sim a questões mais abrangentes relacionadas às particularidades do trabalho docente nesses ambientes, incluindo metodologias, compreensão dos estudantes, relação com os profissionais do complexo penitenciário e fundamentos da Educação de Jovens e Adultos.

No artigo “Ações de formação em EJA nas prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará?”, Andriola (2013) aborda diferentes atividades de formação desenvolvidas no estado do Ceará, sendo inclusive uma formação para professores em nível de especialização, além de outras iniciativas que envolvem acadêmicos e outros profissionais que atuam no contexto do sistema prisional. Andriola (2013) constrói uma linha de discussão que perpassa os antecedentes

históricos e diagnósticos do sistema prisional no Brasil e no estado do Ceará. Apresenta aspectos relacionados ao primeiro e segundo ciclos do Projeto Educando para a Liberdade, desenvolvido naquele contexto; além de ações de fortalecimento da pesquisa em Educação de Jovens e Adultos nas prisões, a partir do trabalho intitulado “Mapeamento do perfil do educador do sistema prisional e as condições pedagógicas de atuação”, o que qualificou de forma definitiva os dados e as produções na área.

O artigo destaca importantes ações de formação de recursos humanos em EJA nas prisões. À época, havia em desenvolvimento no Brasil somente duas ações de formação de professores do Sistema Prisional, no nível de especialização, uma delas executada no Ceará. Além dessa formação do docente, merece destaque o curso de aperfeiçoamento destinado aos gestores e agentes do sistema prisional do estado do Ceará, implementado em 2010, uma ação pioneira que proporcionou a formação de 220 profissionais do sistema prisional. Com isso, houve uma clara união entre as ações de pesquisa com as atividades de formação de recursos humanos em EJA nas prisões.

Para Andriola (2013), os principais elos teóricos entre as duas ações de formação estão centrados nos seguintes aspectos: (1) fortalecimento da temática de EJA nas prisões; (2) complementaridade entre as formações e indução à reflexão e ao conhecimento mútuo; e (3) indução à partilha de experiências e de conhecimentos e à cooperação. O artigo traz ainda toda a estrutura, supostos teóricos, base legal e avaliação da proposta do curso de especialização para formação de professores do Sistema Prisional do Ceará.

No artigo intitulado “Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade”, de autoria de Onofre (2015), há reflexões sobre o papel da educação escolar para jovens e adultos em um espaço singular: a prisão. Chama atenção o fato de que a instituição prisão se propõe a (re)inserir pessoas à vida em sociedade, e nessa perspectiva, a educação para jovens e adultos deve estar pautada nos ideais da educação popular, que concebe o homem e a vida como centro do processo educativo, e em na qual o aprender a ler, escrever e interpretar perpassa esse movimento de (re)construção da cidadania e de humanização das pessoas.

O artigo é fruto de dados coletados durante curso de doutorado, entre 2006 a 2014, a partir de entrevistas realizadas com professores e alunos em escolas de unidades prisionais do estado de São Paulo e de outros estados brasileiros. O estudo buscou contribuir com as discussões sobre o papel da educação escolar na prisão, evidenciando que as dificuldades ali encontradas apresentam traços comuns em quaisquer espaços onde acontecem processos educativos. A autora destaca a importância do EJA no contexto prisional, sendo este um processo por meio do qual os envolvidos ressignificam as experiências das quais participam.

No artigo “Educação, escolarização e trabalho em prisões: apontamentos teóricos e reflexões do cotidiano”, também da professora Onofre (2016), a autora identifica investigações de diferentes autores que ofereçam encaminhamentos à questão da educação prisional, articulando subsídios teóricos e práticas cotidianas que venham a alavancar políticas públicas e outras iniciativas em unidades prisionais. Esse grupo de pesquisadores busca sinalizar caminhos, dialogar e alimentar debates na perspectiva dos direitos humanos.

Os autores elencados, embora reconheçam que educação e trabalho sejam fenômenos complexos e até mesmo contraditórios quando discutidos em espaços como aquele de privação de liberdade, possuem também em comum o fato de entenderem que trabalho e educação se constituem dimensões importantes e que devem ser articulados em políticas que tenham como foco a democracia e a garantia dos direitos humanos. Dentre as publicações apresentadas pela autora, destacamos três artigos que compõem nossa análise: (1) “Escola NA ou DA prisão?” de Julião (2016); (2) “A educação que leva ao trabalho – o trabalho que leva à escola: superando a dicotomia entre educação e trabalho” de Carvalho (2016); e (3) “A formação do pedagogo e a educação nas prisões: reflexões acerca de uma experiência” de Penna, Carvalho e Novaes (2016), os quais são descritos a seguir.

Em “Escola NA ou DA prisão?”, o autor Julião (2016) ressalta que, embora algumas existam experiências de EJA em contextos de restrição e privação de liberdade já há algumas décadas, somente a partir do ano de 2005 é que se iniciam no Brasil encaminhamentos para a prática de uma política propriamente nacional. Esse movimento de maior consolidação ocorreu quando os Ministérios da Educação e da Justiça iniciaram uma proposta de articulação para implementação

e formulação das diretrizes do Programa Nacional de Educação para o Sistema Penitenciário. Com esse cenário, o artigo propõe a discussão sobre o papel da educação no sistema penitenciário, especialmente sobre a escola localizada no espaço carcerário, fundamentado em uma concepção crítica sobre o papel deste sistema na sociedade contemporânea. Desse modo, Julião (2016) analisa as perspectivas políticas e pedagógicas, articulando os conceitos de garantia de direitos, políticas públicas, incompletude institucional e socialização.

O artigo “A Educação que leva ao trabalho – o trabalho que leva à escola: superando a dicotomia entre educação e trabalho”, de autoria de Carvalho (2016), apresenta um recorte de seu estudo de doutorado, no qual são analisadas narrativas de monitores/educadores que evidenciam a marcante dicotomia entre educação e trabalho no sistema prisional de São Paulo. O objetivo do estudo foi analisar experiências desenvolvidas por educadores no interior de escolas do sistema prisional, tendo como cerne a experiência desenvolvida pela Fundação Estadual de Amparo ao Trabalhador Preso (FUNAP). Verificou-se que o trabalho é a atividade mais procurada pelos detentos em detrimento da escola. Em contrapartida, quando questionados, os educadores foram unânimes em afirmar que a educação é a única saída para a mudança, por ser capaz de levar o homem em privação de liberdade à reflexão e conscientização. A partir de suas constatações e análises, Carvalho (2016) enfatiza a relevância de que a dicotomia entre educação e trabalho seja superada nos espaços de privação de liberdade.

Já no artigo “A formação do pedagogo e a educação nas prisões: reflexões acerca de uma experiência”, os autores Penna, Carvalho e Novaes (2016) problematizam a formação do educador para atuar no contexto das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo como referência as diretrizes que orientam e organizam o curso de Pedagogia e a oferta da EJA nas escolas regulares e nos estabelecimentos penais. Com essas interfaces, os autores promovem um debate teórico-crítico, com base em pesquisas realizadas sobre a temática, em torno dos limites e das possibilidades implicados no exercício da docência em estabelecimentos penitenciários, além das condições de contratação de professores para esse tipo de atuação docente no estado de São Paulo.

Em especial nesses três últimos artigos, as contribuições de Julião (2016) enfatizam na formulação das diretrizes do Programa Nacional de Educação para o Sistema Penitenciário. Já Carvalho (2016) traz ao cenário de análises a dicotomia entre educação e trabalho nesse contexto; enquanto Penna, Carvalho e Novaes (2016) adentram em uma dimensão que é de grande importância para nós: a formação pedagógica do docente que atua na educação em contexto prisional.

Contribuindo com as discussões suscitadas recentemente, articulando a docência com dicotomias presentes no sistema prisional, os autores Bueno e Penna (2016), no artigo “A docência no ambiente prisional: entre a autonomia e a opressão”, contribuem com a relação paradoxal entre a autonomia e o espírito crítico, que são inerentes ao trabalho docente, e as limitações impostas pela opressão e pela violência, que são evidentes no ambiente prisional. Compreendendo que opressão e violência não se limitam ao contexto prisional, Bueno e Penna (2016), por meio de suas análises, problematizam os dados mediante três eixos: (1) as relações de poder em diferentes espaços na prisão; (2) as relações de poder e o espaço escolar; e (3) a escola como espaço de possibilidades.

Também contribuindo com a discussão descrita anteriormente, acerca das dicotomias do sistema prisional e da articulação entre educação e trabalho nas propostas de tratamento penal, em “Educação e trabalho em um centro de reeducação feminina: um estudo de caso”, Ireland e Lucena (2016) refletem que, nos presídios brasileiros, embora a oferta educativa e de formação profissional ganhe prioridade nas propostas de reinserção de encarcerados, a educação e o trabalho mais competem do que se complementam.

A partir desse pressuposto, os autores analisam esse binômio no Centro de Reeducação Feminina de João Pessoa (Paraíba), com base em outras duas pesquisas realizadas com mulheres privadas de liberdade. As principais conclusões dos autores se referem à compreensão de que educação e trabalho são fontes potenciais de aprendizagem, e considerando as especificidades de gênero nelas envolvidas, devem ser mais acessíveis e complementares no contexto das prisões femininas. Contudo, educação e trabalho não devem ser vistos como garantias para o amplo propósito da ressocialização; pois, para isso, faz-se necessária a comunhão de outras ações pós-penitenciárias.



Por fim, no artigo “A Prática Docente de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional”, os autores Bessil e Merlo (2017), com base teórica e metodológica na Psicodinâmica do Trabalho, buscaram compreender a dinâmica do prazer e sofrimento relacionado ao trabalho de docentes de educação de jovens e adultos nas prisões. O estudo contou com uma abordagem mais voltada à saúde do trabalhador e evidenciou a interferência direta que a organização dos estabelecimentos prisionais exerce sobre as atividades dos docentes que atuam no contexto prisional. Os achados abordam o reconhecimento e a valorização do trabalho do professor por parte dos alunos privados de liberdade, ao mesmo tempo em que expõe o preconceito sofrido pelos docentes, pelo fato de trabalhar no espaço prisional, expresso por parte da sociedade, dos familiares e dos próprios colegas docentes, além de outros trabalhadores de distintas áreas de atuação profissional dentro do próprio sistema prisional. Desse modo, os autores trazem importantes reflexões sobre limites e possibilidades, mas principalmente sobre responsabilidades da docência em contextos prisionais.

Diante das contribuições trazidas pelos artigos analisados, podemos ampliar a percepção em relação a alguns tópicos de maior recorrência e relevância, considerando o campo da educação e da docência em contextos prisionais. Os achados evidenciam uma série de tendências e desafios que permeiam o campo da educação nas prisões. Ao explorar as contribuições teóricas e as experiências práticas abordadas pelos autores, alguns aspectos merecem ser destacados, os quais contribuem diretamente com os objetivos do estudo em questão.

O primeiro artigo descrito já evidencia que a educação nas prisões, muitas vezes, enfrenta fragilidades em sua implementação, dependendo frequentemente do comprometimento pessoal dos professores envolvidos. O alcance limitado da educação para a população privada de liberdade também desponta como uma preocupação relevante, especialmente quando comparado ao panorama além das grades.

Outras contribuições teóricas refletem a dicotomia da relação entre educação e trabalho, que surge como um tema central nas discussões de diferentes autores analisados. A educação é vista como um fator-chave na ressocialização das pessoas privadas de liberdade, promovendo reflexão, autoconhecimento e desenvolvimento pessoal. Embora seja compreendida como uma ferramenta de transformação e ressocialização, a falta de alinhamento entre os programas educativos e as oportunidades de trabalho disponíveis, sejam vagas de trabalho voluntário ou remunerado, reflete a necessidade de políticas mais integradas para promover uma reinserção mais efetiva na sociedade.

A formação continuada de professores que atuam nas prisões é um tema recorrente entre os autores analisados. A análise revela que os profissionais carecem de formação específica que os instrumentalize para lidar com as complexidades e os desafios peculiares desse ambiente de atuação profissional, bem como com o perfil do aluno. Os achados apontam que, para o sucesso da prática educativa, é fundamental a sensibilidade às questões sociais, juntamente com a capacidade de promoção do diálogo e da conscientização.

Também ficou demonstrado que o ambiente prisional é caracterizado por relações de poder, opressão e violência. Em meio a esse cenário, os professores enfrentam desafios ao promover o diálogo e a transformação social, embora a criação de espaços educativos que estimulem a autonomia e o senso crítico se mostra essencial para a consolidação da educação como um gradiente de transformação pessoal e social.

Uma das pesquisas selecionadas analisou especificamente as questões de gênero nas prisões, reconhecendo as particularidades nas experiências das mulheres privadas de liberdade. Embora proporcionalmente o número de mulheres no sistema prisional represente uma parcela bastante inferior ao número de homens, tanto no Brasil quanto no estado do Rio Grande do Sul, a discussão sobre educação e trabalho em contextos prisionais femininos ressalta a importância de se considerar a perspectiva de gênero na elaboração das políticas educacionais nesse contexto.

Considerando as principais conclusões alcançadas a partir dos artigos selecionados, percebe-se que existe aproximação entre as diferentes perspectivas dos autores analisados. As contribuições teóricas e experiências relatadas apontam para um mesmo alinhamento conceitual, que permite refletir e problematizar o processo de formulação de estratégias mais eficazes com o objetivo de promover da educação como um direito humano e uma ferramenta transformadora na vida de pessoas privadas de liberdade. Essas estratégias têm impactos tanto individuais quanto coletivos, refletindo no fazer docente e nas políticas de educação prisional em toda a sociedade.

## Considerações Finais

Nas buscas realizadas no banco de dados da plataforma SciELO, foram utilizadas as palavras-chave definidas em descritores de pesquisa do vocabulário estruturado DeCS, resultando um total de 39 artigos encontrados. Depois de realizada a análise de conteúdo e delimitado o lapso temporal da pesquisa, obteve-se a redução no número de artigos para 12 publicações científicas. Os artigos selecionados foram analisados e descritos como forma de subsidiar a discussão em relação à atuação docente em contexto prisional.

Dentre os doze artigos selecionados no lapso dos últimos dez anos, destaca-se uma maior produção nos anos de 2013 e 2016, com quatro e seis publicações, respectivamente. Apesar de configurar uma amostra relativamente pouco numerosa, os achados permitem abordar de diferentes pontos de vista da educação prisional e docência nesse contexto de atuação profissional. Embora as publicações não tenham como foco a constituição da identidade profissional docente e os trajetos formativos, percebe-se a recorrência de temas com forte vinculação a esses universos. Porém, inevitavelmente, chama atenção a inexistência de publicações encontradas a partir dos critérios utilizados, que abordem especificamente a modalidade da EPT em contexto prisional, ou mesmo com relação aos Institutos Federais.

Apesar disso, dos artigos selecionados a partir dos achados nas buscas, emerge um conjunto de considerações pertinentes ao tema que nossa pesquisa se propõe a lançar olhar. A partir da abordagem de diferentes perspectivas e do relato de experiências de outros estados brasileiros, os autores oferecem contribuições relevantes para discussões no âmbito da educação em contextos prisionais. Ao considerar a relação entre educação escolar e a educação prisional, os artigos evidenciam desafios enfrentados no âmbito do sistema prisional brasileiro e também no mundo. Aspectos legais, como a consolidação do Programa Nacional de Educação para o Sistema Penitenciário, têm impulsionado ações educativas em prisões de todo o país, embora a consolidação prática de tais ações ainda demonstre fragilidades em sua implementação. As análises revelam que a educação escolar no ambiente prisional é frequentemente sustentada pela dedicação pessoal e profissional dos próprios professores envolvidos, e o alcance ainda se mostra limitado em relação à população carcerária.

Aparece como um tema recorrente a dicotomia entre educação e trabalho, refletindo esforços na busca pela reinserção e ressocialização das pessoas privadas de liberdade. Enquanto a educacional é vista como um caminho para a transformação pessoal e social, a falta de complementaridade entre educação e trabalho demonstra a necessidade de serem aprimoradas políticas que promovam a convergência dessas dimensões. A formação continuada de educadores que atuam em contextos prisionais também surge como uma questão essencial, considerando a necessidade de preparar tais profissionais para enfrentar os desafios específicos desse ambiente, além de ações de formação que os facilitem a promoção de uma educação mais eficaz, considerando as peculiaridades dos alunos atendidos pela educação prisional.

As reflexões sobre a prática docente apontam ainda para a complexidade de atuar profissionalmente em um ambiente marcado por relações de poder, opressão e violência. Apesar disso, os professores têm um papel fundamental na promoção do diálogo, da reflexão e do desenvolvimento crítico dos alunos em contextos prisionais. A intersecção entre educação, trabalho e ressocialização é crucial para a promoção da cidadania e reinserção social das pessoas privadas de liberdade.

Em síntese, os artigos analisados possibilitam uma visão abrangente e, ao mesmo tempo, aprofundada sobre a educação em contextos prisionais, destacando desafios e oportunidades por meio das contribuições teóricas e do relato de experiências desenvolvidas em diferentes regiões do Brasil. A busca pelas publicações e a análise dos achados corroboraram para que fosse alcançado o objetivo de mapear as produções científicas existentes, na plataforma SciELO, a respeito da especificidade da docência em EPT no Sistema Prisional. Embora os achados não tenham contemplado especificamente a modalidade da EPT em contextos prisionais, as principais conclusões apontam para a importância do desenvolvimento de políticas públicas de educação eficazes à realidade e necessidade do público a ser atendido, à necessidade de formação continuada de educadores comprometidos e ao desenvolvimento de uma abordagem abrangente, que

considere a educação como um direito humano e uma ferramenta transformadora de vidas, tanto no âmbito individual quanto coletivo.

Por fim, cabe considerar a constatação de um número bastante reduzido de publicações que abordam a temática da docência em contextos prisionais, tendo em vista a importância e relevância do tema. Aspecto observado também por Graciano (2010), que menciona ser escassa e recente a produção acerca da educação prisional, que começou a ser abordada em teses e dissertações a partir do ano 2000, constituindo-se ainda grande desafio a missão de levar a sociedade à compreensão da educação como direito de todos, o que inclui o apenado; além do correspondente dever do Estado na garantia constitucional desse direito.

## Referências

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Ações de formação em EJA nas prisões: o que pensam os professores do sistema prisional do Ceará? **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 179-204, mar. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/30710>. Acesso em: 04 out. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BESSIL, Marcela Haupt; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. A Prática Docente de Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional. **Psicologia Escolar e Educacional**, Maringá, v. 21, n. 2, p. 285-293, ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121115>. Acesso em: 04 out. 2023.

BUENO, José Geraldo Silveira; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. A docência no ambiente prisional: entre a autonomia e a opressão. **Etnográfica**, Lisboa, v. 20, n. 2, p. 387-409, jun. 2016. Disponível em: <https://scielo.pt/pdf/etn/v20n2/v20n2a08.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

CARVALHO, Odair França de. A educação que leva ao trabalho - o trabalho que leva à escola: superando a dicotomia entre educação e trabalho. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 79-97, abr. 2016. Disponível em <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016162655>. Acesso em: 04 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GRACIANO, Mariângela. A sociedade civil e a educação na prisão. In: YAMAMOTO, Aline *et al.* **CEREJA Discute**: educação em prisões. São Paulo: Alfasol Cereja, 2010. p. 21-23.

IRELAND, Timothy Denis; LUCENA, Helen Halinne Rodrigues de. Educação e trabalho em um centro de reeducação feminina: um estudo de caso. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 61-78, abr. 2016. Disponível em <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016162651>. Acesso em: 04 out. 2023.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Apresentação: educação em prisões. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 11-14, mar. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/37674>. Acesso em: 04 out. 2023.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Escola na ou da Prisão? **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25-42, abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016162554>. Acesso em: 04 out. 2023.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; NAKAYAMA, Andréa Rettig. O trabalho de professores/as em um espaço de privação de liberdade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 155-178, mar. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/30709>. Acesso em: 04 out. 2023.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.18875>. Acesso em: 04 out. 2023.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. A educação escolar nas prisões: uma análise a partir das representações dos presos da penitenciária de Uberlândia (MG). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 955-968, dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000017>. Acesso em: 04 out. 2023.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; JULIÃO, Elinaldo Fernandes. A educação na prisão como política pública: entre desafios e tarefas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 51-69, mar. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/30703>. Acesso em: 04 out. 2023.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 239-255, ago. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622015723761>. Acesso em: 04 out. 2023.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação, escolarização e trabalho em prisões: apontamentos teóricos e reflexões do cotidiano. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 1-6, abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016154306>. Acesso em: 04 out. 2023.

PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira; CARVALHO, Alexandre Filordi de; NOVAES, Luiz Carlos. A formação do pedagogo e a educação nas prisões: reflexões acerca de uma experiência. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 109-122, abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016162564>. Acesso em: 04 out. 2023.

PORTUGUÊS, Manoel Rodrigues. Educação de adultos presos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 355-374, jul. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022001000200011>. Acesso em: 04 out. 2023.

SCARFÓ, Francisco José. **Los fines de la educación básica en las cárceles en la Provincia de Buenos Aires**. 2007. 178 f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) - Universidade de La Plata, La Plata, 2007. Disponível em: <https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.400/te.400.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

Recebido em 05 de outubro de 2023.

Aceito em 07 de novembro de 2023.